arteris

ViaPaulista

ViaPaulista S.A.

CNPJ/MF nº 28.019.100/0001-89

Assinado digitalmente por:
FRANCISCO JORGE ROSA FILHO
CPF: 056.898.198-75
Data: 28/02/2024 07:45:30 -03:00

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração ViaPaulista S.A. ("Sociedade" ou "ViaPaulista") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis não foram revisados pelos auditores independentes. Em observância às disposições constantes na Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Sociedade declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFPs, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Anuais, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Destaques

Tráfego Pedagiado: A sociedade alcançou no exercício de 2023 uma evolução de 7,1% no comparativo com o ano de 2022, totalizando 76,3 milhões de veículos.

Receita de Pedágio: A receita operacional bruta da Sociedade, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R$ 964,9 milhões em 2023, com aumento de 15,4% em relação aos R$ 836,2 milhões registrados em 2022.

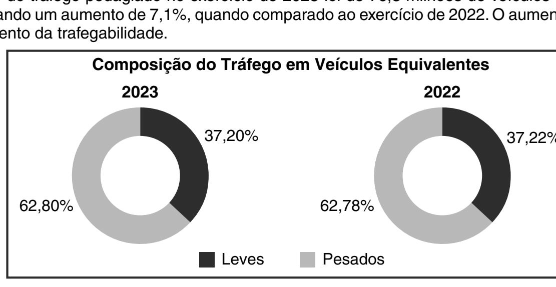
Investimentos: Durante o exercício de 2023, foram investidos R$ 248,7 milhões, com o avanço da obra de duplicação de 29 quilômetros da Rodovia Antônio Machado Sant'Anna (SP-255), de Rincão a Araraquara, entre os quilômetros 48,100 e 77,100. A duplicação da via passa ainda pelos municípios de Santa Lúcia e Américo Brasiliense. Com previsão de conclusão para novembro de 2024; houve também um avanço na execução da obra de implantação da passarela de pedestres que está sendo instalada na altura do km 203+177 da SP-255, no perímetro urbano de São Manuel (esta obra é uma importante realização da concessionária e está alinhada ao PRA – Plano de Redução de Acidentes), que tem como meta a diminuição em 67% dos casos de acidentes envolvendo atropelamento em todo o trecho até 2030.

Resultado Operacional

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (Mil)	4T23	4T22	∆%	2023	2022	∆%
Total	19.815	17.994	10,1%	76.338	71.309	7,1%

O volume do tráfego pedagiado no exercício de 2023 foi de 76,3 milhões de veículos equivalentes, apresentando um aumento de 7,1%, quando comparado ao exercício de 2022. O aumento se justifica pelo aumento da trafegabilidade.



Tarifa Média

Tarifa Média (R$/Veic. Equiv.)	4T23	4T22	∆%	2023	2022	∆%
Tarifa Média	9,58	9,21	4,0%	9,41	8,75	7,5%

No exercício de 2023 a tarifa média da ViaPaulista foi de R$ 9,41, representando um aumento de 7,5% em relação ao exercício de 2022. Essa variação decorre do reajuste tarifário da concessionária com data base 23 de novembro do respectivo ano.

Resultado Financeiro

Receita Operacional

R$ mil	4T23	4T22	∆%	2023	2022	∆%
Receita Bruta	266.451	217.861	22,3%	964.957	836.242	15,4%
Receitas de pedágio	179.048	150.964	18,6%	674.711	585.919	15,2%
Receitas de Construção	87.023	68.322	27,4%	288.699	250.323	15,3%
Outras Receitas	380	-1.425	-126,7%	1.547	–	
Deduções	(15.542)	(13.062)	19,0%	(58.361)	(50.705)	15,1%
Receita Operacional Líquida	250.909	204.799	22,5%	906.596	785.537	15,4%

Receita de Pedágio: A receita de pedágio totalizou R$ 674,7 milhões, apresentando um aumento de R$ 128,7 milhões ou 15,2% quando comparado ao exercício de 2022. Justificado pelo aumento de tráfego e reajuste das tarifas das onze praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão.

Receitas de Construção: As receitas de obras totalizaram R$ 288,7 milhões, apresentando um aumento de R$ 38,4 milhões ou 15,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, aumento da demanda de pavimento referente a compra de material betuminoso, recapeamento da SP 257, SP 328.

Outras Receitas: As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, no exercício de 2023, ficou 100,0% maior quando comparado ao exercício de 2022, justificada principalmente pela não ocorrência da receita relacionada ao uso da faixa de domínio pela empresa de telefonia que ganhou na justiça a isenção da cobrança devido ao benefício da lei das antenas.

Custos e Despesas

R$ Mil	4T23	4T22	∆%	2023	2022	∆%
Total	(166.447)	(125.910)	32,2%	(550.385)	(511.241)	7,7%

Os custos e despesas no exercício de 2023, excluído o efeito da depreciação e amortização, teve um aumento R$ 39,1 milhões ou 7,7% quando comparado com o exercício de 2022, justificados principalmente por efeitos puramente contábeis, como o os custos de construção.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R$ mil	4T23	4T22	∆%	2023	2022	∆%
Resultado Líquido	21.206	10.951	93,6%	77.241	23.589	227,4%
(+) Depreciação e Amortização	33.149	30.259	9,6%	128.564	109.509	17,4%
(+) Resultado Financeiro	22.599	21.520	5,0%	114.641	131.601	(12,9%)
(+) IR e CSLL	7.508	3.576	110,0%	35.765	9.597	272,7%
EBITDA[1]	84.462	66.306	27,4%	356.211	274.296	29,9%
Margem EBITDA[2]	51,5%	48,6%	3 p.p.	57,6%	51,2%	6,4 p.p.
(+) Provisão para Manut. De Rodovias	27.196	23.006	18,2%	75.537	81.954	-7,8%
EBITDA Ajustado[3]	111.658	89.312	25,0%	431.748	356.250	21,2%
Margem EBITDA Ajustada	68,1%	65,4%	2,7 p.p.	69,9%	66,6%	3,3 p.p.

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias. 2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras. 3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Sociedade entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA e o EBITDA Ajustado aumentaram 29,9% e 21,2% respectivamente no exercício de 2023, em comparação ao exercício de 2022, justificado pelas variações de receitas, custos e despesas, previamente mencionadas. Vale destacar que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01 e o EBITDA Ajustado é calculado a partir da reversão do efeito desta provisão.

Resultado Financeiro: A Sociedade finalizou o exercício de 2023 com uma despesa financeira de R$ 114,6 milhões, em relação ao exercício de 2022 apresentou uma redução de R$ 16,9 milhões ou 12,9%, justificado principalmente pelo maior rendimento das aplicações financeiras e uma redução nos encargos financeiros devido ao impacto do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, base para cálculo no reconhecimento de juros e atualizações monetárias, reduzindo as despesas com juros.

Resultado Líquido: A Sociedade obteve lucro líquido de R$ 77,2 milhões no exercício de 2023, aumento de R$ 53,7 milhões ou 227,4% comparado ao exercício de 2022. O aumento do lucro líquido nos períodos comparados está justificado pelas variações previamente apresentadas.

Endividamento

R$ mil	4T23	4T22	∆%
Dívida Bruta	1.640.382	1.606.203	2,1%
Curto Prazo	165.355	129.848	27,3%
Longo Prazo	1.475.027	1.476.355	(0,1%)
Posição de Caixa	418.398	368.407	13,6%
Caixa e equivalentes de caixa	142.847	90.673	57,5%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	275.551	277.734	(0,8%)
Dívida Líquida	1.221.984	1.237.796	-1,3%

1: Curto e Longo Prazo

A Sociedade encerrou o exercício de 2023 com um endividamento bruto de R$ 1.640,4 milhões, apresentando um aumento de R$ 34,2 milhões em relação ao exercício de 2022. O endividamento líquido fechou em R$ 1.221,9 milhões apresentando uma redução de R$ 15,8 milhões em relação ao exercício de 2022. Em relação ao endividamento bruto, a variação é devida pelos encargos financeiros da dívida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA base para o cálculo dos juros e o novo desembolso junto ao BNDES realizado em 05 de dezembro de 2023 no valor R$ 90 milhões. Em relação ao endividamento líquido, acrescenta-se um aumento no saldo da disponibilidade e aplicações financeiras de R$ 112,1 milhões, contribuindo para a redução do valor bruto.

Investimentos Realizados

R$ Mil	4T23	4T22	∆%	2023	2022	∆%
Total	66.840	45.393	47,2%	248.739	228.334	8,9%

No exercício de 2023, a Sociedade investiu R$ 248,7 milhões em ativos intangíveis e R$ 228,3 milhões no exercício anterior, redução devido a evolução das obras de duplicação da Rodovia SP-255 km 48,1 – 77,1 (Rincão – Santa Lucia – Américo Brasiliense – Araraquara), km 137,9-147,3 (Dourado – Jau) e km 155,8-170,5 (Jau – Barra Bonita) e aumento da demanda de pavimento referente a compra de material betuminoso, recapeamento da SP 257, SP 328. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$4,8 milhões (R$ 4,9 milhões em 31 de dezembro de 2022) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R$1,7 milhões (R$ 1,7 milhões em 31 de dezembro de 2022) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

Sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos orientadores estratégicos da Arteris que fundamenta as tomadas de decisão da companhia, considerando a análise de impactos ambientais, sociais e de governança relevantes e potenciais de nossa atuação, que se desdobram em nossa Agenda ESG (Ambiental, Social e Governança). A Agenda ESG da Arteris agrega indicadores, iniciativas e metas, algumas definidas e outras em construção, divididos em três eixos estratégicos, que orientam a promoção de uma gestão voltada à geração de valor compartilhado, são eles: Ecoeficiência, Segurança e Qualidade, Governança, Transparência e Accountability. A criação da Agenda ESG formaliza a postura e o alinhamento da Arteris com as melhores referências de governança e da agenda de sustentabilidade internacional, como Global Reporting Initiative (GRI), Taxonomia Europeia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A evolução das iniciativas é acompanhada periodicamente pelo Comitê ESG, conforme governança estabelecida. Importantes avanços nessa Agenda foram registrados em 2023, com a implantação de iniciativas que concretizam o caminho para uma atuação sustentável. Reduzir a pegada de carbono, aumentar o consumo de energia renovável, inovar com base na economia circular da cadeia de valor. Essas foram as principais metas traçadas pela Arteris no eixo de Ecoeficiência. A busca pela descarbonização foi prioridade na Agenda ESG, que avançou em estudos e projetos-piloto para reduzir as emissões atmosféricas, seguindo o plano de descarbonização feito a partir do diagnóstico das emissões de gases de efeito estufa emitidas pelas nossas atividades. Projetos estratégicos tiveram a implantação concluída como a substituição de 10 mil lâmpadas tradicionais por LED, gerando economia de energia e de custos, além do menor impacto ambiental no descarte, e implantação de painéis solares em localidades estratégicas. Tem-se ainda no plano de descarbonização o fomento ao consumo de combustíveis renováveis, além da aquisição de guincho 100% elétrico para prestar apoio aos usuários na Arteris Intervias. Na conservação da biodiversidade temos a Arteris Fluminense como destaque com o monitoramento das 17 passagens de fauna superiores, 9 passagens inferiores, 10 estruturas aéreas e 30 km de cercas que funcionam como corredores ecológicos que interligam fragmentos florestais isolados na paisagem, reduzindo o isolamento geográfico e trazendo proteção para a fauna silvestre. Até dezembro de 2023, esse monitoramento registrou 3.470 travessias de animais, 40 espécies usando as estruturas, 3 espécies ameaçadas de extinção beneficiadas, como o mico-leão-dourado, 128 espécies mapeadas nas proximidades das estruturas e uma redução de 27% no número de animais atropelados por carros em 6 meses de projeto. Atualmente, a Arteris possui 220 passagens seguras para a vida selvagem em todas as suas concessões. Desde o início de suas operações, a empresa já plantou mais de 2,5 milhões de mudas nativas, o equivalente a 1.553 hectares de áreas reflorestadas. Os plantios são feitos como compensação ambiental pelas obras ou intervenções realizadas pela empresa e são planejados para maximizar os efeitos positivos em relação aos serviços ecossistêmicos, como, por exemplo, priorizar a seleção de áreas ao longo das margens dos rios (Áreas de Preservação Permanente – APPs), ampliar a área de vida silvestre e os corredores ecológicos. Em 2023, a Arteris certificou suas concessões Planalto Sul, Intervias e Fernão Dias com a ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental. Essa certificação garante que o sistema de gestão ambiental atende às normas ISO 14.001 e aumenta nossa maturidade no tema, além de ser útil como ferramenta de transparência para nossos stakeholders. Como signatária da Década de Ação da ONU para a Segurança Viária (2020-2030) para reduzir 50% das fatalidades nas rodovias, a Arteris acompanha de perto os indicadores de segurança viária de suas concessões e direciona o foco para iniciativas que atuam em pontos críticos, em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e fatalidades. Como por exemplo temos as três áreas de escape de emergência que objetivam mitigar e prevenir acidentes de alto risco nas estradas. Por meio do Programa de Integridade, a Arteris promoveu ações para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta ética, como a recertificação ISO 37001Essa conquista se soma ao Selo Pró-Ética, renovado em 2023 e entregue pela Controladoria Geral da União (CGU), sendo a Arteris a única empresa do setor de concessão de rodovias a ser reconhecida. A saúde e bem-estar dos colaboradores é um compromisso permanente, com diversas iniciativas voltadas para a promoção da cultura de segurança entre colaboradores e terceiros e à melhoria contínua das condições de trabalho. Em 2023 foi possível registar o sucesso do CCSO (Centro de Controle de Segurança e Operação), com aproximadamente 6.500 interações desde a sua implementação no ano anterior, tendo como principais resultados o suporte para sinalização vertical e horizontal, o posicionamento do veículo de proteção, sinalização luminosa e a considerável redução de 60% das invasões de zonas de trabalho. Esses resultados demonstram o olhar para a segurança do trabalho do próprio time e terceirizadas. Podemos afirmar que 2023 foi um ano de importantes avanços no cumprimento das metas previstas nos três grandes eixos estratégicos que orientam a nossa gestão. Sabemos que a Sustentabilidade é uma jornada, mas pautada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas, sem perder a visão de futuro, seguimos na execução da Agenda ESG, com foco numa atuação que contribua cada vez mais para o desenvolvimento sustentável das regiões onde atuamos.

Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 80, a Sociedade informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2023, não contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Sociedade busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Sociedade.

Declaração da Diretoria: A Diretoria da ViaPaulista declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2024.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	142.847	90.673
Aplicações financeiras	5	12.498	36.977
Contas a receber	6	41.975	37.978
Contas a receber – partes relacionadas	16	603	51
Impostos a recuperar		1.986	2.499
Despesas antecipadas		2.643	2.413
Adiantamentos a fornecedor		1	21
Outros créditos		181	159
Total do ativo circulante		**202.734**	**170.771**
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	263.053	240.757
Despesas antecipadas		1.190	237
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	111.311	75.391
Depósitos judiciais	19	43	–
Outras contas a receber	6	361	296
Realizável a longo prazo		375.958	316.681
Direito de uso	9	25.028	43.966
Imobilizado	10	4.226	2.596
Intangível	11	2.646.782	2.526.891
Infraestrutura em construção	11	537.082	382.310
		3.213.118	2.955.763
Total do ativo não circulante		**3.589.076**	**3.272.444**
Total do ativo		**3.791.810**	**3.443.215**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Financiamentos	12	57.965	46.894
Debêntures	13	107.603	83.139
Fornecedores	14	40.845	37.201
Arrendamento mercantil a pagar	15	15.538	18.542
Obrigações sociais		11.461	11.208
Obrigações fiscais		10.212	7.733
Imposto de renda e contribuição social a pagar		16.623	10.214
Contas a pagar – partes relacionadas	16	5.628	5.412
Cauções contratuais	14	14.508	13.814
Taxa de fiscalização	18	1.843	1.585
Dividendos obrigatórios	16 e 20	13.315	1.602
Credores pela concessão	18	1.843	1.585
Provisão para manutenção em rodovias	19	–	6.414
Provisão para investimentos em rodovias	19	7.670	–
Juros sobre o capital próprio	16 e 20	9.038	3.400
Outras contas a pagar		3.470	1.378
Total do passivo circulante		**317.562**	**250.121**
Não circulante			
Financiamentos	12	1.308.958	1.215.840
Debêntures	13	166.307	260.965
Arrendamento mercantil a pagar	15	11.527	26.648
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	19	3.093	244
Provisão para manutenção em rodovias	19	243.391	150.610
Provisão para investimentos em rodovias	19	181.803	131.514
Total do passivo não circulante		**1.915.079**	**1.785.821**
Patrimônio Líquido			
Capital social	20	1.441.386	1.348.386
Reserva de lucros		110.060	55.026
Reserva legal		7.723	3.861
Total do patrimônio líquido		**1.559.169**	**1.407.273**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.791.810**	**3.443.215**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R$, exceto o lucro líquido do exercício por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	906.596	785.537
Custo dos serviços prestados	22	(648.938)	(596.276)
Lucro bruto		257.658	189.261
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	22	(33.613)	(26.431)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		3.602	1.957
		(30.011)	(24.474)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**227.647**	**164.787**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	44.441	34.794
Despesas financeiras	23	(159.080)	(166.391)
Variação cambial, líquida	23	(2)	(4)
		(114.641)	(131.601)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**113.006**	**33.186**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	7	(71.685)	(43.345)
Diferidos	7	35.920	33.748
Lucro líquido do exercício		**77.241**	**23.589**
Lucro por ação básico e diluído – R$	25	0,0535	0,0169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	77.241	23.589
Resultado abrangente do exercício	**77.241**	**23.589**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota Explicativa	Capital Social Integralizado	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.348.386**	**2.682**	**38.218**	**–**	**1.389.286**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	23.589	23.589
Reserva legal		–	1.179	–	(1.179)	–
Destinações do resultado líquido:						
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	(4.000)	(4.000)
Dividendos obrigatórios		–	–	–	(1.602)	(1.602)
Constituição de reserva de retenção de lucros		–	–	16.808	(16.808)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.348.386**	**3.861**	**55.026**	**–**	**1.407.273**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	77.241	77.241
Aumento de capital	20	93.000	–	–	–	93.000
Reserva legal		–	3.862	–	(3.862)	–
Destinações do resultado líquido:	20					
Juros sobre o capital próprio	20	–	–	–	(6.633)	(6.633)
Dividendos obrigatórios		–	–	–	(11.712)	(11.712)
Constituição de reserva de retenção de lucros		–	–	55.034	(55.034)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.441.386**	**7.723**	**110.060**	**–**	**1.559.169**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Valores Adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receitas			
Receita de serviços prestados	21	674.711	585.919
Receita de serviços de construção	21	288.699	250.323
Outras receitas		5.199	1.997
Juros capitalizados	23	44.860	36.664
		1.013.469	874.903
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados		(59.996)	(65.490)
Custo dos serviços de construção	22	(288.699)	(250.323)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(25.640)	(23.457)
Custo da concessão		(44.207)	(38.230)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	22	(75.537)	(81.954)
Outros		(6.181)	(4.705)
		(500.260)	(464.159)
Valor adicionado bruto		513.209	410.744
Depreciações e amortizações		(128.564)	(109.509)
Valor adicionado líquido produzido (retido)		384.645	301.235
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	23	44.441	34.794
Outros	23	(2)	(4)
		44.439	34.790
Valor adicionado total a distribuir		**429.084**	**336.025**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		39.615	35.970
Benefícios		10.254	9.371
FGTS		2.528	2.389
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		61.101	31.565
Estaduais		13	1
Municipais		33.616	29.206
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		127.217	143.519
Juros capitalizados BNDES		44.063	36.488
Juros capitalizados debêntures		797	176
Aluguéis		1.434	1.401
Outras		31.205	22.350
Remuneração de capitais próprios:			
Lucro do exercício		77.241	23.589
		429.084	**336.025**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		77.241	23.589
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		128.564	109.509
Baixa de ativos permanentes		166	1.092
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(35.920)	(33.748)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(30.510)	(24.470)
Juros e variações monetárias de financiamentos	12	98.956	106.754
Juros e variações monetárias de debêntures	13	28.261	36.765
Despesas (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	23	25.608	17.231
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	19	4.104	1.467
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	19	20	–
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	19	75.537	81.954
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(3.997)	(3.361)
Contas a receber – partes relacionadas		(552)	26
Despesas antecipadas		(1.183)	845
Impostos a recuperar		22.401	15.346
Outros créditos		(22)	64
Depósitos judiciais		(43)	–
Outras contas a receber		(65)	(115)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(39.944)	(1.204)
Fornecedores – partes relacionadas		965	2.473
Cauções contratuais de fornecedores		164	404
Obrigações sociais		253	991
Obrigações fiscais		64.403	11.469
Imposto de renda e contribuição social pagos		(58.036)	(31.207)
Credores pela concessão		258	150
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios		(1.275)	(1.518)
Taxa de fiscalização		258	149
Custo de transação – empréstimo		1.065	(2.638)
Pagamento de juros	12 e 13	(95.511)	(87.970)
Outras contas a pagar		2.092	(13.945)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		263.258	210.102
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	24	(2.107)	(2.282)
Aquisições de itens do intangível	24	(246.632)	(226.052)
Aplicação financeira vinculada		(19.930)	(93.421)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		6.256	–
Aplicação financeira		24.479	(23.366)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		(237.934)	(345.121)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamento arrendamento mercantil	15	(22.514)	(11.582)
Captações de empréstimos	12	90.000	283.641
Pagamento empréstimos – principal	12	(46.220)	(43.122)
Pagamentos de debêntures – principal	13	(87.416)	(54.185)
Pagamento de dividendos		–	(949)
Aumento de capital social	20	93.000	–
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		26.850	173.803
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		52.174	38.784
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		90.673	51.889
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**142.847**	**90.673**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A ViaPaulista S.A. ("Sociedade" ou "ViaPaulista") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22 de junho de 2017, sua controladora e *"holding"* é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 22 de novembro de 2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agencia Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP nº 0359-ARTESP – 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21 de dezembro de 2017, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itaporanga – Franca) compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação, apoio na execução dos serviços não delegados considerados os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a Sociedade. A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. Concessão – O contrato de concessão e exploração da rodovia é constituído pelo sistema rodoviário mencionado na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de "Credores pela concessão", conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e 18, respectivamente. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de cada praça de pedágio são definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica base definida para o mês de março de 2016, cujos valores foram considerados na elaboração do estudo de viabilidade financeira. As tarifas são reajustadas anualmente no mês de novembro, com base na variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo. A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão conforme descritos a seguir: • Duplicação de 275 km de rodovias; • Implantação de 14,5 km de terceira faixa; • Pavimentação de 14 km de acessos em terra; • Implantação de 65,9 km de ciclovias; • Implantação de 47,2 km de acostamentos; • Construção de 47 dispositivos de retorno; • Construção de 39 passarelas; • Construção de 11 praças de pedágio; • Construção de 17 SAU's; • Construção de 2 Áreas de Descanso de Caminhoneiros; • Construção de 2 Paradas de Cargas Especiais; • Implantação de 2 Postos Gerais de Fiscalização; • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Em outubro de 2017 a Sociedade pagou ao Poder Concedente, quando da assinatura do contrato, o valor de R$1.277.229, sendo R$237.326 referente a primeira parcela da outorga e R$1.039.903 referente ao ágio ofertado. De acordo com o item 8.1, do anexo XVIII, do Contrato de Concessão, a ViaPaulista tem a garantia da transferência do trecho remanescente da Autovias para esta em até 18 meses da data da assinatura do termo de transferência inicial que se deu em 22 de novembro de 2017. Com isso, a agência teria o prazo até 21 de maio de 2019 para entrega total do trecho remanescente para a ViaPaulista. Contudo, face aos diversos Termos Aditivos Modificativos expedidos à favor da Autovias conforme citado, o trecho foi entregue à ViaPaulista em 04 de julho de 2019 e o período de 22 de maio a 03 de julho de 2019 (pós vencimento 18 meses de garantia dada pela Agência para entrega do trecho remanescente da Autovias) será reequilibrado conforme disposto no item 8.3 do citado anexo. Em 04 de julho de 2019 foi assinado o Termo de Transferência do Sistema Remanescente, conforme descrito nos anexos 2 e 18 do Contrato de Concessão Rodoviária nº 0359/ARTESP/2017, em que o sistema rodoviário atualmente sob gestão da Concessionária Autovias S.A, composto pela Rodovia SP 255 do km 2+800 ao 83+200; Rodovia SP 318 km 235+400 ao 280; Rodovia SP 330 km 240+500 ao 318+500; Rodovia SP 334 km 318 ao 406; Rodovia SP 345 km 10+500 ao 36+000 foi transferido ao controle da ViaPaulista S.A. em conformidade com os autos do Processo Administrativo ARTESP nº 026.533/2018. Nesta data foi adicionado ao sistema rodoviário mais 5 praças de pedágio referente ao sistema remanescente. Em 13 de dezembro de 2018, foi firmado entre a Sociedade e o BNDES um contrato de abertura de crédito no valor de R$3.645.385, entretanto, essa linha será desembolsada pari passu com a execução dos investimentos e aguarda a indicação pela Agência Reguladora da conta de ajuste por ela administrada para fazer jus aos desembolsos previstos no contrato. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que

continua …

ViaPaulista S.A.

CNPJ/MF nº 28.019.100/0001-89

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. O preço devido pela Sociedade ao Poder Concedente em razão do direito de exploração do sistema rodoviário é composto pela outorga fixa e outorga variável, conforme nota explicativa nº 18. Pela execução da fiscalização da concessão, a ARTESP fará jus ao recebimento de um valor mensal, pago pela Sociedade, equivalente a 3% (três por cento) sobre a totalidade da receita bruta percebidas pela Sociedade no mês imediatamente anterior ao pagamento. O valor anual pago a título de verba de fiscalização, no exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi de R$20.031. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$4.753.512 (R$4.834.884 em 31 de dezembro de 2022) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R$1.696.311 (R$1.753.945 em 31 de dezembro de 2022) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem 'Momento de reconhecimento do ativo intangível' da nota explicativa nº 3. A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias a manter o nível de serviço adequado durante o prazo da concessão, deverá devolver o sistema rodoviário em bom estado de conservação e operação, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos, a partir do dia seguinte à extinção da concessão, das estruturas em geral, do pavimento e obras de arte especiais. Neste exercício não deverá ocorrer necessidade de serviços de recuperação e/ou reforços nas obras de arte especiais e pavimento. Todo o sistema rodoviário deve ser devolvido e/ou transferido, em perfeita adequação com as normas, instruções de projeto, portarias e padrões da ARTESP, DER/SP, DNIT, ABNT (nesta ordem) que estejam vigentes à época da extinção da concessão e, subsidiariamente com as normas internacionais correlatas para sistemas rodoviários de características similares.

3. Apresentação das demonstrações contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2024. Base de mensuração: As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Sociedade estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19. Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão: A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão. (ii) Estimativas: Determinação das receitas de construção: De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 19. Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. Redução ao valor recuperável *(Impairment):* Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Políticas contábeis materiais – Novas políticas contábeis materiais adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023: i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: A Sociedade adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. A administração avaliou os possíveis impactos dessa política, e não há impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade. ii) Imposto mínimo complementar global: A Sociedade adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2023 em qualquer jurisdição em que a Sociedade opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade. iii) Informação de políticas contábeis materiais: A Sociedade também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", ao invés de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa nº 4 Políticas contábeis materiais (2022: Principais práticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário. **4.1. Contrato de concessão de serviços**: A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1. Receitas**: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidas no contrato de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2. Ativos intangíveis**: A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2. Moeda estrangeira**: Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3. Instrumentos financeiros: 4.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial**: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2. Classificação e mensuração subsequente**: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4. Arrendamento mercantil**: No início de um contrato, a Sociedade avalia se o mesmo é ou contém um arrendamento. Portanto é, ou contém um arrendamento, quando transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5. Imobilizado**: Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6. Outros ativos intangíveis**: Reconhecimento e mensuração: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida**: No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8. Custos de empréstimos**: Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos**: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A Sociedade determinou que o imposto mínimo complementar global – que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois – é um imposto de renda no escopo do CPC 32. A Sociedade aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10. Provisões**: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para investimentos: Provisão para investimentos representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12. Receitas e despesas financeiras**: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14. Caixa e equivalente de caixa**: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.15. Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas**: As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras vinculadas possuem tal característica devido ao cumprimento de obrigações contratuais exigíveis contemplando as modalidades de debêntures e BNDES. No que se trata de mensuração, ambas são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.16. Empréstimos, financiamentos e debêntures**: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos conforme diretrizes de passivos financeiros, sendo seus custos de transações incorridos deduzidos do principal e suas atualizações de juros conforme taxas estipuladas em cada contrato de acordo com o mencionados em notas explicativas correlatas. As debêntures são mensuradas ao valor justo através do resultado, representando de forma fidedigna os montantes que seriam pagos em caso de aquisição na data do exercício findo. **4.17. Capital Social**: O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. **4.18. Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio**: As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos do Grupo Arteris. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que, têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 20. **4.19. Contas a receber**: As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas Demonstrações Contábeis. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a PECLD no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões. **4.20. Contas a pagar**: O contas a pagar é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dada a não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. **4.21. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis. a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 12 e 13, a Sociedade tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Sociedade liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Sociedade está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40) As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações contábeis a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. A Sociedade não espera que ocorra impactos significativos. c) Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

5. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras – Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e contas bancárias	17.915	9.017
Aplicações financeiras (a)	124.932	81.656
Total	**142.847**	**90.673**
Aplicações financeiras	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fundos de investimentos (b)	12.498	36.977
Total	**12.498**	**36.977**

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 99,84% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,72% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade. (b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-Over e LTN-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a receber e outras contas a receber – Estão representadas por:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Pedágio eletrônico a receber	41.189	–	37.396	–
Cupons de pedágio a receber	256	–	287	–
Cartões de pedágio a receber	403	–	143	–
Receitas acessórias a receber (*)	123	361	100	–
Outras receitas a receber	4	–	52	296
Total	**41.975**	**361**	**37.978**	**296**

(*) Receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica e oleodutos. Cronograma de recebimento:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Créditos a vencer	41.965	361	37.978	296
Créditos vencidos até 60 dias	10	–	–	–
	41.975	**361**	**37.978**	**296**

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas estimadas com recebíveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. Imposto de renda e contribuição social – a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	113.006	33.186
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(38.422)	(11.283)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	2.255	1.360
Outras diferenças permanentes	402	326
Total	**(35.765)**	**(9.597)**
Imposto Contabilizado	(35.765)	(9.597)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(71.685)	(43.345)
Diferido	35.920	33.748
	(35.765)	**(9.597)**
Alíquota efetiva de impostos	**(32%)**	**(29%)**

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos: Saldos patrimoniais estão representados por:

Não circulante	**Imposto de renda e contribuição social diferido ativo**	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Diferenças temporárias ativas		
Provisão de participação nos lucros	4.271	4.060
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	3.092	245
Outras provisões	692	255
Provisão para manutenção de rodovias	243.391	157.024
Amortização acumulada de obras futuras	16.663	11.806
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	45.185	34.566
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	12.053	12.557
Arrendamentos	2.038	1.224
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	**327.385**	**221.737**
Alíquota nominal	34%	34%
Total	111.311	75.391
Total do imposto de renda e contribuição social	**111.311**	**75.391**

Movimentos de resultado estão representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de participação nos lucros	211	364
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	2.847	(50)
Outras provisões	436	(1.027)
Provisão para manutenção de rodovias	86.367	88.882
Amortização acumulada de obras futuras	4.857	3.458
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	10.619	7.487
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(504)	(504)
Arrendamentos	814	649
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	**105.647**	**99.259**
Alíquota nominal	34%	34%
Total	35.920	33.748
Total do imposto de renda e contribuição social	**35.920**	**33.748**

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido. O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. Aplicações financeiras vinculadas – A Sociedade manterá aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações: BNDES: As receitas auferidas pela Sociedade, deverão ser vertidas para conta bancária centralizadora e seguir as destinações previstas no Contrato de Administração de Contas, respeitando os percentuais e prazos lá estipulados. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. A Sociedade deve manter depositada em conta pagamentos de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente para o pagamento da próxima parcela vincenda; na conta reserva, deverão ser mantidas parcelas vincendas nos 03 (três) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ou até que seja medido o ICSD pela primeira vez; ou parcelas vincendas nos 04 (quatro) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,3 (um inteiro e três décimos) e igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos); ou parcelas vincendas nos 05 (cinco) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,2 (um inteiro e dois décimos) e igual ou superior a 1,1 (um inteiro e um décimo). Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. Assim que o montante esteja disponível na conta livre, deverá ser transferido para a conta Conserva Especial, o montante referente ao que for maior entre o valor equivalente a (i) 75% (setenta e cinco por cento) da Provisão para Conservação Especial ou Manutenção; ou (ii) a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores indicados para cada ano na tabela que consta no contrato de financiamento com o BNDES, corrigidos pelo IPCA. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R$263.053 (R$240.757 em 31 de dezembro de 2022), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,45% a.a. e (98,46% a.a. em 31 de dezembro de 2022) da variação do CDI.

continua …

9. Direito de uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
Custo direito de uso						
Saldo em 31/12/2022	**17.604**	**4.435**	**923**	**38.560**	**29**	**61.551**
Adições	372	39	46	1.831	–	2.288
Baixas	–	–	–	(8.894)	–	(8.894)
Saldo em 31/12/2023	**17.976**	**4.474**	**969**	**31.497**	**29**	**54.945**
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2022	**(6.933)**	**(2.674)**	**(583)**	**(7.378)**	**(17)**	**(17.585)**
Amortização	(3.797)	(1.191)	(295)	(15.935)	(8)	(21.226)
Baixas	–	–	–	8.894	–	8.894
Saldo em 31/12/2023	**(10.730)**	**(3.865)**	**(878)**	**(14.419)**	**(25)**	**(29.917)**
Direito de uso líquido						
Saldo em 31/12/2022	**10.671**	**1.761**	**340**	**31.182**	**12**	**43.966**
Saldo em 31/12/2023	**7.246**	**609**	**91**	**17.078**	**4**	**25.028**
Taxas de amortização – a.a.	**21%**	**27%**	**30%**	**39%**	**28%**	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
Custo direito de uso						
Saldo em 31/12/2021	**15.370**	**2.098**	**384**	**637**	**50**	**18.539**
Adições	2.234	2.337	539	37.923	15	43.048
Baixas	–	–	–	–	(36)	(36)
Saldo em 31/12/2022	**17.604**	**4.435**	**923**	**38.560**	**29**	**61.551**
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2021	**(3.587)**	**(1.574)**	**(316)**	**(524)**	**(46)**	**(6.047)**
Amortização	(3.346)	(1.100)	(267)	(6.854)	(7)	(11.574)
Baixas	–	–	–	–	36	36
Saldo em 31/12/2022	**(6.933)**	**(2.674)**	**(583)**	**(7.378)**	**(17)**	**(17.585)**
Direito de uso líquido						
Saldo em 31/12/2021	**11.783**	**524**	**68**	**113**	**4**	**12.492**
Saldo em 31/12/2022	**10.671**	**1.761**	**340**	**31.182**	**12**	**43.966**
Taxas de amortização – a.a.	**19%**	**25%**	**29%**	**18%**	**24%**	

(a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se à locação de veículos administrativos. (d) Refere-se à locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias. (e) Refere-se à locação de computadores e impressoras.

10. Imobilizado em operação – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Custo do imobilizado						
Saldo em 31/12/2022	**24**	**1.921**	**641**	**–**	**352**	**2.938**
Adições	16	1.100	–	626	365	2.107
Saldo em 31/12/2023	**40**	**3.021**	**641**	**626**	**717**	**5.045**
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2022	**(6)**	**(282)**	**(7)**	**–**	**(47)**	**(342)**
Depreciação	(3)	(307)	(128)	(6)	(33)	(477)
Saldo em 31/12/2023	**(9)**	**(589)**	**(135)**	**(6)**	**(80)**	**(819)**
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2022	**18**	**1.639**	**634**	**–**	**305**	**2.596**
Saldo em 31/12/2023	**31**	**2.432**	**506**	**620**	**637**	**4.226**
Taxas de depreciação – a.a.	**10%**	**14%**	**20%**	**10%**	**9%**	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Custo do imobilizado						
Saldo em 31/12/2021	**24**	**482**	**–**	**–**	**150**	**656**
Adições	–	1.439	641	–	202	2.282
Saldo em 31/12/2022	**24**	**1.921**	**641**	**–**	**352**	**2.938**
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2021	**(4)**	**(160)**	**–**	**–**	**(32)**	**(196)**
Depreciação	(2)	(122)	(7)	–	(15)	(146)
Saldo em 31/12/2022	**(6)**	**(282)**	**(7)**	**–**	**(47)**	**(342)**
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2021	**20**	**322**	**–**	**–**	**118**	**460**
Saldo em 31/12/2022	**18**	**1.639**	**634**	**–**	**305**	**2.596**
Taxas de depreciação – a.a.	**10%**	**20%**	**20%**	**0%**	**10%**	

11. Intangível e infraestrutura em construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
Custo do intangível							
Saldo em 31/12/2022	**1.320.705**	**1.501.574**	**3.092**	**5**	**2.825.376**	**382.310**	**3.207.686**
Adições	177.937	–	810	–	**178.747**	202.943	**381.690**
Transferências/reclassificações	48.176	–	–	(5)	**48.171**	(48.171)	**–**
Alienações/baixas	(189)	–	–	–	**(189)**	–	**(189)**
Saldo em 31/12/2023	**1.546.629**	**1.501.574**	**3.902**	**–**	**3.052.105**	**537.082**	**3.589.187**
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2022	**(109.657)**	**(188.325)**	**(503)**	**–**	**(298.485)**	**–**	**(298.485)**
Amortização	(53.515)	(52.706)	(640)	–	**(106.861)**	–	**(106.861)**
Alienações/baixas	23	–	–	–	**23**	–	**23**
Saldo em 31/12/2023	**(163.149)**	**(241.031)**	**(1.143)**	**–**	**(405.323)**	**–**	**(405.323)**
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2022	**1.211.048**	**1.313.249**	**2.589**	**5**	**2.526.891**	**382.310**	**2.909.201**
Saldo em 31/12/2023	**1.383.480**	**1.260.543**	**2.759**	**–**	**2.646.782**	**537.082**	**3.183.864**
Taxas de amortização – a.a. (d)	**4%**	**3%**	**38%**				

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
Custo do intangível							
Saldo em 31/12/2021	**1.087.196**	**1.501.574**	**2.141**	**–**	**2.590.911**	**323.740**	**2.914.651**
Adições	122.484	–	951	110	**123.545**	170.733	**294.278**
Transferências/reclassificações	112.268	–	–	(105)	**112.163**	(112.163)	**–**
Alienações/baixas	(1.243)	–	–	–	**(1.243)**	–	**(1.243)**
Saldo em 31/12/2022	**1.320.705**	**1.501.574**	**3.092**	**5**	**2.825.376**	**382.310**	**3.207.686**
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2021	**(64.944)**	**(135.619)**	**(284)**	**–**	**(200.847)**	**–**	**(200.847)**
Amortização	(44.864)	(52.706)	(219)	–	**(97.789)**	–	**(97.789)**
Transferências/reclassificações	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Alienações/baixas	151	–	–	–	**151**	–	**151**
Saldo em 31/12/2022	**(109.657)**	**(188.325)**	**(503)**	**–**	**(298.485)**	**–**	**(298.485)**
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2021	**1.022.252**	**1.365.955**	**1.857**	**–**	**2.390.064**	**323.740**	**2.713.804**
Saldo em 31/12/2022	**1.211.048**	**1.313.249**	**2.589**	**5**	**2.526.891**	**382.310**	**2.909.201**
Taxas de amortização – a.a. (d)	**4%**	**4%**	**3%**				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão. (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente no reconhecimento inicial. Vide nota explicativa nº 18. (c) Infraestrutrura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem caracteristicas de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. (d) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade complementou o montante de R$44.860 (R$36.664 em 31 de dezembro de 2022) o valor justo dos intangíveis e infraestruturas em construção tomando como base os custos de financiamento e debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2023 foi de 2,73% a.a. e em 2022 20,35% a.a., do total de juros provisionados no exercício, vide nota 12 e 13. Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*): A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

12. Financiamentos – A composição dos financiamentos, negociados em moeda funcional da Sociedade – Real (R$), é como segue:"

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31/12/2023	31/12/2022
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+ 6,42% a.a.	set-45	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	1.409.410	1.304.564
Arrendamento Mercantil Financeiro – Santander	1,25% a.m.	nov-25	Objeto do contrato Veículo Volvo XC40 8 Ultimate	272	384
Arrendamento Mercantil Financeiro – Santander	1,23% a.m.	dez-25	Objeto do contrato Veículo Chevrolet Bolt Premier	179	251
				1.409.861	**1.305.199**
			Custo de transação	(42.938)	(42.465)
			Total Geral	**1.366.923**	**1.262.734**
			Circulante	57.965	46.894
			Não circulante	1.308.958	1.215.840
			Total	**1.366.923**	**1.262.734**

Os saldos e movimentações dos financiamentos estão representados por:

Moeda nacional	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	48.763	1.256.436	1.305.199	41.512	952.800	994.312
Captações/Renovações	1.921	88.079	90.000	180	283.461	283.641
Juros e variações monetárias provisionados	84.051	58.968	143.019	76.284	66.958	143.242
Amortização de principal	(46.220)	–	(46.220)	(43.122)	–	(43.122)
Pagamento de juros	(82.137)	–	(82.137)	(72.874)	–	(72.874)
Transferência	53.569	(53.569)	–	46.783	(46.783)	–
	59.947	**1.349.914**	**1.409.861**	**48.763**	**1.256.436**	**1.305.199**
Custo de transação	(1.982)	(40.956)	(42.938)	(1.869)	(40.596)	(42.465)
Saldo final	**57.965**	**1.308.958**	**1.366.923**	**46.894**	**1.215.840**	**1.262.734**

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamentos específicas. Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas brutas dos custos de transações apresentadas no passivo não circulante relativas aos financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2025	65.283
2026	65.045
2027	65.045
2028	65.045
Após 2028	1.089.496
Total	**1.349.914**

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são: 1) Não conceder mútuos a quaisquer empresas integrantes de seu Grupo Econômico sem a prévia e expressa autorização do BNDES; 2) Não realizar, sem prévia anuência do BNDES, a distribuição de dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o percentual de que trata o § 2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, salvo se estejam, cumulativamente, atingidos requisitos expostos no inciso XXXII da cláusula 10 do Contrato de Financiamento com o BNDES, entre eles: i. o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja maior ou igual a 1,3 com base nas demonstrações contábeis revisadas do últimos 04 (quatro) períodos trimestrais, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA- Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais. ii. A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). 3) Não reduzir o capital social da Sociedade: i. Para patamar abaixo de R$ 1.348.385 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil) sem a prévia anuência do BNDES; ii. Para patamar acima de R$ 1.348.385 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil), a não ser cumpridos os requisitos elencados no contrato de financiamento, caso em que independerá de anuência prévia do BNDES. A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. Debêntures – A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade – Real (R$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
2ª emissão – série única	400.000	IPCA + 3,94% a.a.	jun-27	280.092	351.824
				280.092	**351.824**
			Custo de transação	(6.182)	(7.720)
			Total geral	**273.910**	**344.104**
			Circulante	107.603	83.139
			Não circulante	166.307	260.965
			Total	**273.910**	**344.104**

Os saldos e movimentações estão representados por:

	31/12/2023			31/12/2022		
Moeda nacional	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Saldo inicial	**84.871**	**266.953**	**351.824**	**52.298**	**331.866**	**384.164**
Juros e variações monetárias provisionados	13.168	15.890	29.058	14.983	21.958	36.941
Amortização de principal	(87.416)	–	(87.416)	(54.185)	–	(54.185)
Pagamento de juros	(13.374)	–	(13.374)	(15.096)	–	(15.096)
Transferências	112.147	(112.147)	–	86.871	(86.871)	–
	109.396	**170.696**	**280.092**	**84.871**	**266.953**	**351.824**
Custo de transação	(1.793)	(4.389)	(6.182)	(1.732)	(5.988)	(7.720)
Saldo final	**107.603**	**166.307**	**273.910**	**83.139**	**260.965**	**344.104**

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª emissão – série única	15/06/2019	400.000	1.000	18/06/2019	400.000
		400.000			**400.000**

Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2025	76.322
2026	63.377
2027	30.997
Total	**170.696**

As debêntures são garantidas por fiança integral e solidária da Arteris S.A. As escrituras da 2ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas a seguir: Não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA- Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Para as demonstrações contábeis do exercício findo de 31 de dezembro de 2023 não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais. (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). (c) A Arteris S.A. na condição de fiadora, deve apresentar trimestralmente, índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 4,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{(EBITDA Ajustado – Ônus fixo pago)}}$$

Onde: (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades. (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. (iii) Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo, deduzidos os pagamentos realizados ao Poder Concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados e pagamentos realizados ao Poder Concedente no âmbito de leilões de novas licitações. A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

14. Fornecedores e cauções contratuais

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo no passivo circulante de R$40.845 (R$37.201 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R$14.508 (R$13.814 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. Arrendamento mercantil a pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Saldo inicial	**18.542**	**26.648**	**45.190**	**3.605**	**9.463**	**13.068**
Adições	2.063	225	2.288	17.524	25.524	43.048
Utilizações (*)	(24.556)	–	(24.556)	(13.629)	–	(13.629)
Ajuste a valor presente – AVP	4.143	–	4.143	2.703	–	2.703
Transferências	15.346	(15.346)	–	8.339	(8.339)	–
	15.538	**11.527**	**27.065**	**18.542**	**26.648**	**45.190**

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R$22.514, (R$11.582 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2025	11.527
	11.527

O potencial PIS/COFINS (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são respectivamente R$405 e R$1.866 para PIS e COFINS (R$225 e R$1.037, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a taxa média é de 9,25% a.a. (9,25% a.a. em 31 de dezembro de 2022). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as despesas relativas a arrendamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos são conforme demonstradas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022	
	Contratos de baixo valor (de até R$5)	**Contratos com prazo inferior a 12 meses**	**Contratos de baixo valor (de até R$5)**
Outros	43	10	12
	43	**10**	**12**

16. Transações com partes relacionadas – As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a serviços de controle de qualidade, direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária e rateios de despesas administrativas. Os saldos patrimoniais e as transações realizadas no resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Arteris S.A. – controladora (a)	1	–
Autovias S.A. (a)	167	–
Centrovias S.A. (a)	139	–
Intervias S.A. (a)	185	51
Vianorte S.A. (a)	111	–
Total parte relacionada no ativo circulante	**603**	**51**
Passivo circulante	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. – controladora (a)	5.628	5.406
Litoral Sul S.A. (a)	–	6
Passivos com partes relacionadas circulante	**5.628**	**5.412**
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A. – controladora (b)	9.038	3.400
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	**9.038**	**3.400**
Dividendos a pagar:		
Arteris S.A. – controladora (c)	13.315	1.602
Total dos dividendos a pagar	**13.315**	**1.602**
Total do passivo circulante	**27.981**	**10.414**

	31/12/2023	31/12/2022
Contas de Resultado:	**Despesas gerais (a)**	**Despesas gerais (a)**
Controladora		
Arteris S.A.	(21.608)	(18.551)
Outras partes relacionadas		
Autovias S.A.	(1)	(1)
Intervias S.A.	–	22
Litoral Sul S.A.	(2)	(5)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	–	4
Total	**(21.611)**	**(18.531)**

(a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. (b) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa nº 20. (c) Saldo a pagar de dividendos conforme nota explicativa nº 20. Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias Ltda. realizou até 31 de maio de 2022, data do seu encerramento, serviços de controle de qualidade nas rodovias da Sociedade, registradas no intangível da Sociedade no montante de R$450, com seu encerramento não há realização de serviços para a Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2023, a Sociedade reconheceu o montante de R$4.384 (R$3.885 em 31 de dezembro de 2022), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R$1.351 (R$1.110 em 31 de dezembro de 2022) relativos à diretoria da Sociedade e R$3.033 (R$2.775 em 31 de dezembro de 2022) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R$1.400 para o ano de 2023 (R$1.500 para o ano de 2022). Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. Benefícios a empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R$4.271 e de R$4.060. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. Credores pela concessão – Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos a ARTESP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente. Em 10 de outubro de 2017 foi pago o valor de R$1.039.903 referente ao valor do ágio ofertado corrigido. Nesta mesma data foi paga a primeira parcela da outorga fixa no valor de R$237.326, equivalente ao valor corrigido de 50% do valor da outorga fixa mínima total, estipulado em R$450.968. Com o advento da Transferência do Sistema Remanescente da Autovias para a ViaPaulista, como rege o anexo 20 do Contrato de Concessão, em 04 de julho de 2019, foi realizado o pagamento da 2ª e última parcela da Outorga Fixa no valor de R$248.463 ao Poder Concedente, ocorrendo uma reversão do montante provisionado de R$594 devido a utilização do conceito para o calculo das atualizações mensais aplicado pela Agencia Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP ter sido diferente ao do provisionamento. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente / Valor real	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Circulante		
Parcela variável (a)	1.843	1.585
Total	**1.843**	**1.585**

(a) Valor variável correspondente a 3,0% da receita bruta de pedágio mensal. O montante a pagar de R$1.843 é correspondente ao cálculo de dezembro de 2023. O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ao Poder Concedente foi de R$20.032 (R$17.429 em 31 de dezembro de 2022) referente às parcelas da Outorga Variável.

19. Provisões – (a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2023
Civeis	132	712	(235)	(476)	15	148
Trabalhistas	–	2.010	(210)	(310)	3	1.493
Regulatório	112	2.004	(177)	(489)	2	1.452
Total	**244**	**4.726**	**(622)**	**(1.275)**	**20**	**3.093**

	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2022
Civeis	149	788	(294)	(511)	–	132
Trabalhistas	10	251	(106)	(155)	–	–
Regulatório	136	1.660	(832)	(852)	–	112
Total	**295**	**2.699**	**(1.232)**	**(1.518)**	**–**	**244**

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Civeis	1.140	687
Trabalhistas	335	35
Regulatório	1.329	–
Fiscal	12	11
Total	**2.816**	**733**

(b) Provisão para manutenção*:* A provisão de manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 5,78% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, (6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022) considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 5 anos. (c) Provisão para investimentos: A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	**Manutenção em rodovia**	**Investimentos em rodovia**	**Manutenção em rodovia**	**Investimentos em rodovia**	**Manutenção em rodovia**
Saldo em 31/12/2022	**–**	**6.414**	**131.514**	**150.610**	**131.514**	**157.024**
Adições/Reversões	–	(12.488)	47.340	88.025	47.340	75.537
Utilizações	(16)	–	–	–	(16)	–
Ajuste a valor presente	–	239	10.635	10.591	10.635	10.830
Transferências	7.686	5.835	(7.686)	(5.835)	–	–
Saldo em 31/12/2023	**7.670**	**–**	**181.803**	**243.391**	**189.473**	**243.391**

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	**Manutenção em rodovia**	**Investimentos em rodovia**	**Manutenção em rodovia**	**Investimentos em rodovia**	**Manutenção em rodovia**
Saldo em 31/12/2021	**17.144**	**1.230**	**100.435**	**66.912**	**117.579**	**68.142**
Adições/Reversões	(1.744)	199	8.192	81.755	6.448	81.954
Utilizações	(113)	–	–	–	(113)	–
Ajuste a valor presente	7.600	6.928	–	–	7.600	6.928
Transferências	(22.887)	(1.943)	22.887	1.943	–	–
Saldo em 31/12/2022	**–**	**6.414**	**131.514**	**150.610**	**131.514**	**157.024**

20. Patrimônio líquido – Capital Social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R$1.441.386 (R$1.348.386 em 31 de dezembro de 2022), composto por 1.489.050.740 (1.397.784.793 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R$1.441.386 (R$1.348.386 em 31 de dezembro de 2022). A Sociedade aprovou em Assembleia Geral o aumento de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor integralizado
28/06/2023	AGE	Dinheiro	91.265.947	93.000	92.000
			91.265.947	**93.000**	**92.000**

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Reserva legal: A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado. Reserva e Retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Juros sobre o capital próprio: Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme mencionado O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 25% do lucro líquido do exercício ou 25% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre o capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. A Sociedade aprovou em Assembleia Geral a destinação do lucro do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 conforme segue:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	77.241	23.589
Reserva legal de 5%	(3.862)	(1.179)
Base de cálculo	73.379	22.410
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	**18.345**	**5.602**
Juros sobre capital próprio	(6.633)	(4.000)
Dividendos propostos	(11.712)	(1.602)
	(18.345)	**(5.602)**
Número de ações durante o exercício	1.489.051	1.397.785

Os dividendos antecipados que a Sociedade distribuiu sob a forma de juros sobre o capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incide Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, conforme segue:

Período	Aprovação	Pagamento	Valor bruto	Valor IR (15%)	Valor líquido
31/12/2023	31/12/2023	(*)	6.633	995	5.638
			6.633	**995**	**5.638**

(*) Saldos líquidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ainda não pagos no montante de R$9.038 (R$3.400 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrado nas notas explicativas nº 16 e 24.

21. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Receita de serviços prestados	674.711	585.919
Receita de serviços de construção	288.699	250.323
Outras receitas	1.547	–
Receita bruta	**964.957**	**836.242**
ISSQN	(33.501)	(29.093)
PIS	(4.394)	(3.819)
COFINS	(20.283)	(17.626)
Outras deduções	(183)	(167)
Receita líquida	**906.596**	**785.537**

22. Custos e despesas por natureza – Estão representados por:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Custos:		
Com pessoal	(33.864)	(31.801)
Serviços de terceiros	(25.563)	(24.355)
Conservação	(34.633)	(41.362)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(5.254)	(4.355)
Consumo	(4.729)	(5.080)
Transportes	(7.618)	(7.749)
Verba de fiscalização	(20.290)	(17.579)
Seguros/Garantias	(3.627)	(3.071)
Ônus variável	(20.290)	(17.579)
Provisão de manutenção em rodovias	(75.537)	(81.954)
Custos de serviços da construção	(288.699)	(250.323)
Depreciação/Amortização	(75.539)	(56.621)
Amortização da Outorga	(52.706)	(52.706)
Outros	(589)	(1.741)
Total	**(648.938)**	**(596.276)**

continua …

arteris

ViaPaulista

ViaPaulista S.A.

CNPJ/MF nº 28.019.100/0001-89

Notas Explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(18.533)	(15.928)
Serviços de terceiros	(3.238)	(2.535)
Manutenção de bens e conservação	(2.515)	(1.847)
Consumo	(3.103)	(2.713)
Transportes	(80)	(88)
Seguros/Garantias	(20)	(45)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(4.104)	(1.467)
Comunicação e *marketing*	(542)	(458)
Indenizações à terceiros	1	–
Publicações legais	(158)	(144)
Depreciação/Amortização	(319)	(182)
Outros	(1.002)	(1.024)
Total	**(33.613)**	**(26.431)**

23. Resultado financeiro – Está representado por:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	44.313	34.667
Créditos fiscais	112	128
Outras receitas	16	(1)
Total	**44.441**	**34.794**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(127.217)	(143.519)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(25.608)	(17.231)
Outras despesas	(6.255)	(5.641)
Total	**(159.080)**	**(166.391)**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Outros resultados financeiros liquidos:		
Variação cambial líquida	(2)	(4)
Total	**(2)**	**(4)**

(*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2023 no valor de R$172.077, o montante de R$44.860 foi reconhecido como adição de intangível e infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento (R$180.175 e R$36.664 em 31 de dezembro de 2022).

24. Demonstração dos fluxos de caixa – a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares

	31/12/2023	31/12/2022
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	381.690	294.278
Total das adições de imobilizado (b)	2.107	2.282
Juros capitalizados – financiamentos (a)	(44.063)	(36.488)
Juros capitalizados – debêntures (a)	(797)	(176)
	338.937	**259.896**
Aquisição (adições)	(338.937)	(259.896)
Fornecedores	41.566	(3.881)
Obrigações fiscais	1.527	27.811
Contas a pagar – partes relacionadas	(749)	1.950
Cauções contratuais	530	(653)
Provisão para investimentos em rodovias	47.324	6.335
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	**(248.739)**	**(228.334)**
Fluxo de caixa imobilizado	(2.107)	(2.282)
Fluxo de caixa intangível	(246.632)	(226.052)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	**(248.739)**	**(228.334)**
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	90.198	31.562
Outras transações que não envolveram caixa:		
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	9.038	3.400
Dividendos propostos e não pagos	13.315	1.602

(a) Vide nota explicativa nº 11; (b) Vide nota explicativa nº 10.

25. Lucro por ação – O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	31/12/2023	31/12/2022
Básico/Diluído		
Lucro líquido do exercício	77.241	23.589
Número de ações durante o exercício	1.444.293	1.397.785
Lucro por ação	**0,0535**	**0,0169**

Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos. O quadro abaixo apresenta a média ponderada de ações:

Evento	Data	Dias (evento e final do período)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
INICIAL	31/12/2022	–	0,00%	–	1.397.784.793	1.397.784.793
Ata AGE	28/06/2023	186	50,96%	91.265.947	1.489.050.740	46.508.126
FINAL	**31/12/2023**	**365**		**91.265.947**		**1.444.292.919**
				Média ponderada (em milhares)		**1.444.293**

26. Instrumentos financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

			31/12/2023		31/12/2022	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	142.847	142.847	90.673	90.673
Aplicação financeira	Nível 2	1	12.498	12.498	36.977	36.977
Contas a receber clientes	Nível 2	2	41.975	41.975	37.978	37.978
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	603	603	51	51
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	263.053	263.053	240.757	240.757
Outros créditos	Nível 2	2	543	543	476	476
			461.519	**461.519**	**406.912**	**406.912**
Passivo						
Empréstimos e financiamentos (a)	Nível 2	2	1.366.923	1.366.923	1.262.734	1.262.734
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	5.628	5.628	8.812	8.812
Debêntures (b)	Nível 2	1	280.092	170.357	344.104	341.120
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	55.353	55.353	51.015	51.015
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.843	1.843	1.585	1.585
Dividendos propostos	Nível 2	2	13.315	13.315	1.602	1.602
Credores pela concessão	Nível 2	2	1.843	1.843	1.585	1.585
Outras contas a pagar	Nível 2	2	3.470	3.470	1.378	1.378
Arrendamento mercantil a pagar (c)	Nível 2	2	27.065	27.065	45.190	45.190
Juros sobre capital próprio a pagar	Nível 2	2	9.038	9.038	–	–
			1.764.570	**1.654.835**	**1.718.005**	**1.715.021**

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado; 2) Custo amortizado; (a) Valores brutos dos custos de transação; (b) Não é escopo do CPC 48.

Mensuração a valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxa pós-fixada como IPCA aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis. Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

27. Gestão de risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: Riscos de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de juros – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. a) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	**8,90%**	**11,13%**	**13,35%**	**6,68%**
Receita de aplicações financeiras	1.111	1.388	1.666	833
Juros a incorrer CDI líquido (*)	**1.111**	**1.388**	**1.666**	**833**
IPCA	**3,90%**	**4,88%**	**5,85%**	**2,93%**
Juros a incorrer – BNDES	(148.980)	(163.604)	(178.228)	(134.356)
Juros a incorrer – Debêntures	(22.390)	(25.228)	(28.066)	(19.551)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	**(171.370)**	**(188.832)**	**(206.294)**	**(153.907)**
Juros a incorrer líquido	**(170.259)**	**(187.444)**	**(204.628)**	**(153.074)**

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 29 de dezembro de 2023, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade prevê interromper a prestação de serviços em casos de inadimplementos. Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R$41.189 (R$37.396 em 31 de dezembro de 2022) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Auto Expresso – DBTRANS S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Movemais Meios de Pagamentos Ltda,, Veloe – Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A., Cielo S.A., e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica "Contas a receber". A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. c) Risco de liquidez e gestão de capital: Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A sua controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$114.828 (R$79.350 em 31 de dezembro de 2022). A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (*)	Valor contábil	2023	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
BNDES Automático	11,40%	1.409.410	2.369.822	33.213	109.889	147.571	281.763	1.797.386
Leasing Financeiro	15,70%	451	522	67	198	257	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	9,25%	27.065	35.224	4.727	11.762	15.289	3.446	–
Debêntures – IPCA	8,81%	280.092	301.245	–	108.624	76.322	116.299	–
Fornecedores e cauções contratuais	–	55.353	55.353	52.067	3.286	–	–	–
Contas a pagar – partes relacionadas	–	5.628	5.628	5.628	–	–	–	–
Credores pela concessão	–	1.843	1.843	1.843	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	3.470	3.470	3.470	–	–	–	–
		1.783.312	**2.773.107**	**101.015**	**233.759**	**239.439**	**401.508**	**1.797.386**

(*) Média ponderada efetiva % a.a.

28. Informações por segmento de negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

29. Garantias e seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e o pagamento do ônus fixo da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a Sociedade mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	25.783
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	841.690

(*) Por sinistro. Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto.

Diretoria

Alisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Ricardo Tozzi Gerab
Diretor Superintendente

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro / Diretor de Relações com Investidores

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia – Conselheiro

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Conselheira

Roberto Paolini – Conselheiro

Contador

Anderson Rossi Mosna – CRC 1SP 257.150/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
ViaPaulista S.A.
Ribeirão Preto-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da ViaPaulista S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ViaPaulista S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo da concessão:** Veja as notas explicativas 3(i), 4.1.2 e 11 das demonstrações contábeis. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade reconheceu adições no montante de R$202.943 mil referente a infraestrutura em construção que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com melhorias ou ampliações de infraestrutura, realizadas pela Sociedade, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Testes documentais, em base amostral, nas adições relacionadas a infraestrutura em construção realizando a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e (ii) validações das medições realizadas de acordo com o andamento das obras junto com a área de engenharia. - Avaliação, com base em amostra, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 27 de fevereiro de 2024.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP - 027.666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: QJ93Y-649RF-FRUW9-GQMGR

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✔ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - FAROL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 28/02/2024 07:45 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/QJ93Y-649RF-FRUW9-GQMGR

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate